## **COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**

## PROJETO DE LEI Nº 64, DE 2022

Discorre sobre a regulamentação de faróis auxiliares para motocicletas.

Autor: Deputado JOSÉ NELTO Relator: Deputado NICOLETTI

### I - RELATÓRIO

O projeto de lei em análise, de autoria do nobre Deputado José Nelto, pretende permitir a instalação e uso de farois auxiliares (milha) em motocicletas.

O autor argumenta que o principal objetivo da presente permissão é proporcionar maior visibilidade das motocicletas em vias mais escuras e em ambientes mais afastados, onde a iluminação não é muito eficiente e, com isso, evitar sinistros de trânsito em estradas e rodovias.

Apresentado em 02 de fevereiro de 2022, o Projeto de Lei em pauta foi distribuído à Comissão de Viação e Transportes (mérito) e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD), sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, RICD), no regime de tramitação ordinária (art. 151, III, RICD).

Nesta Comissão, transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.





#### II - VOTO DO RELATOR

Trata-se de projeto de lei que visa permitir a instalação e uso de farois auxiliares (milha) em motocicletas.

O autor discorre, com razão, que a utilização de farois auxiliares propicia maior visibilidade da motocicleta em vias com iluminação precária ou sem iluminação, contribuindo assim para a redução de sinistros de trânsito. Citou, ainda, as dificuldades que os proprietários e condutores de motocicletas enfrentam para realizar a instalação desse equipamento.

Para tanto, propõe a instituição, por lei, de permissivo para a instalação e uso dos farois auxiliares (milha) para motocicletas, estabelecendo ainda a competência do poder executivo para regulamentar os requisitos para tal instalação.

Entendemos que a proposta é válida, permitindo assim a instalação dos farois auxiliares em motocicletas, veículos que possuem visibilidade limitada em razão de suas dimensões e presença de apenas um farol regular.

Além disso, vale destacar que os regulamentos atuais impõem tantas dificuldades que inviabilizam, na prática, essa instalação, reforçando assim a importância da previsão legal.

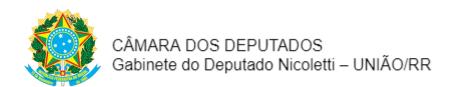
Assim, quanto ao mérito, há de se reconhecer a pertinência e conveniência da matéria.

Propomos, porém, texto substitutivo que insere a previsão na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, em razão da pertinência temática.

Diante do exposto, no que cabe a esta Comissão regimentalmente analisar, votamos pela APROVAÇÃO, quanto ao mérito, do Projeto de Lei nº 64, de 2022, na forma do substitutivo anexo.







Sala da Comissão, em de junho de 2024.

Deputado NICOLETTI Relator

# COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 64, DE 2022

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para permitir a instalação e uso de farois auxiliares em motocicletas.





#### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para permitir a instalação e uso de farois auxiliares em motocicletas.

Art. 2º O artigo 98 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do § 3º, com a seguinte redação:

"Art. 98	 	 

§ 3º. Fica permitida a instalação e uso de farois auxiliares para motocicletas, na forma estabelecida pelo CONTRAN." (NR)

Art. 3º Para fins de atendimento ao disposto no § 3º do artigo 98 da Lei nº 9.503, de 1997, o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN deverá regulamentar a instalação e uso de farois auxiliares para motocicletas no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da entrada em vigor desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de junho de 2024.

Deputado NICOLETTI Relator



